

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| LÍNGUA PORTUGUESA..... | 7 |
| ■ COMPREENSÃO DE TEXTO | 7 |
| ■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS | 18 |
| SINÔNIMOS..... | 18 |
| ANTÔNIMOS | 18 |
| HOMÔNIMOS | 19 |
| PARÔNIMOS..... | 19 |
| ■ PONTUAÇÃO | 19 |
| ■ ESTRUTURA E SEQUÊNCIA LÓGICA DE FRASES E PARÁGRAFOS | 22 |
| ■ ORTOGRAFIA OFICIAL | 31 |
| ACENTUAÇÃO GRÁFICA | 33 |
| ■ CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL | 33 |
| ■ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL | 38 |
| CRASE..... | 40 |
| ■ EMPREGO DOS VERBOS REGULARES, IRREGULARES E ANÔMALOS | 41 |
| ■ EMPREGO E COLOCAÇÃO DOS PRONOMES | 44 |
| | |
| RACIOCÍNIO LÓGICO..... | 57 |
| ■ ESTRUTURAS LÓGICAS | 57 |
| ■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO | 58 |
| ■ DIAGRAMAS LÓGICOS | 60 |
| ■ ARITMÉTICA, ÁLGEBRA E GEOMETRIA BÁSICA | 63 |
| | |
| ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO..... | 79 |
| ■ CÓDIGO DE ÉTICA DO IBGE | 79 |
| ■ LEI Nº 8.112/1990 E SUAS ALTERAÇÕES | 82 |

| | |
|--|-----|
| CONHECIMENTOS GERAIS..... | 97 |
| ■ NOÇÕES DE GEOGRAFIA URBANA..... | 97 |
| ■ FORMAÇÃO TERRITORIAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA | 98 |
| ■ ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO | 110 |
| ESPAÇO AGRÁRIO (ATIVIDADES ECONÔMICAS E MODERNIZAÇÃO E CONFLITOS), ESPAÇO URBANO: ATIVIDADES ECONÔMICAS, EMPREGO, POBREZA, REDE URBANA E REGIÕES METROPOLITANAS | 110 |
| ■ DINÂMICA DA POPULAÇÃO | 112 |
| MIGRAÇÕES POPULACIONAIS, ÁREA DE CRESCIMENTO E DE PERDA POPULACIONAL | 112 |

CONHECIMENTOS GERAIS

NOÇÕES DE GEOGRAFIA URBANA

A geografia urbana tem, como principal objetivo, o estudo do espaço geográfico das cidades, das metrópoles e das megalópoles. Esse estudo ocorre a partir da observação da produção do espaço e das atividades econômicas, políticas e sociais; também é responsável por realizar estudos acerca da origem, do crescimento, do desenvolvimento das cidades e das relações de dependência e influência que uma cidade estabelece com todas as outras que estão em seu entorno.

Também são **objetos de estudo** da geografia urbana a **dinâmica de crescimento** da população das cidades, o **processo de organização territorial** dentro das cidades, os variados processos de urbanização e os papéis desempenhados pelas cidades para a ocorrência do fenômeno conhecido como êxodo rural.

A geografia urbana trabalha em linhas diferentes da geografia rural, pois os objetos de estudo da segunda são a análise e a compreensão dos espaços rurais e agrícolas que foram se transformando com o passar dos anos. Mesmo separados fisicamente (em alguns casos, não mais), o espaço urbano e o rural estão interligados, e exercem processos de influência e dependência entre si.

A geografia urbana tem vários conceitos que proporcionam o estudo e a compreensão do espaço geográfico nas cidades, bem como seus processos de alteração e transformação. Dentre os principais conceitos dessa área de conhecimento, podemos destacar:

- **Espaço ou meio urbano:** Atividades, políticas públicas e práticas sociais responsáveis pela formação da paisagem de um determinado território; nesse espaço, encontramos habitações (em algumas cidades, organizadas e bem estruturadas e, em outras, não), pontos de comércio e complexos de indústrias. No espaço urbano, a produção de atividades econômicas e toda a sua mega estrutura proporcionam hábitos que caracterizam o modo de vida do ser humano;
- **Cidade:** O conceito de cidade não é tão complexo; estando ligado ao número de habitantes. Nos espaços caracterizados como cidade, ocorre a produção de variadas atividades econômicas. As cidades são divididas em **cidades rurais** e **cidades urbanas**; as cidades rurais podem formar-se em áreas com as características do espaço urbano. De acordo com os critérios do IBGE, são consideradas cidades rurais todas as cidades com população inferior a vinte mil habitantes;
- **Metrópole:** Normalmente, a metrópole é uma capital de estado ou cidade com altas taxas de desenvolvimento e, por isso, promove impactos de cunho social, político e econômico em várias

outras cidades. As metrópoles são classificadas da seguinte maneira:

- **Metrópole Regional:** Exerce influência em níveis e esferas locais; são de extrema importância para uma determinada região;
- **Metrópole Nacional:** Formada pelo conjunto de grandes cidades do país, impacta em diversas localidades;
- **Macrorregião, Megalópoles e Conurbação:** Compreendem-se como **macrorregião** todos os municípios que estão localizados em seus limites territoriais e que se influenciam de forma mútua. As **megalópoles** são formadas pelo conjunto de metrópoles interligadas e próximas do ponto de vista geográfico. O processo de delimitação e demarcação das divisas e limites fica quase impossível de ser determinado. A **conurbação** é a junção entre dois ou mais municípios que se uniram devido ao rápido processo de crescimento de ambos; não é possível identificar as áreas de limite de cada um.

Podemos destacar também outros objetos de estudo da geografia urbana, pois há correlação com outras áreas, como com a história das cidades, que estuda suas principais características, os modos de produção que foram e são estabelecidos nelas e todo o processo de relação que existe no meio urbano.

Os outros assuntos desenvolvidos e estudados pela geografia urbana são:

- O processo de urbanização que ocorre em uma cidade;
- Os problemas gerados pelo fato de as cidades crescerem de forma não organizada e não estruturada e quais as consequências geradas por esses processos;
- A dinâmica de circulação de pessoas, os desafios para solucionar os problemas de mobilidade urbana, o fluxo e a logística no setor de transportes;
- Os modelos e modos de produção que são reproduzidos nas cidades, bem como quais os tipos de trabalho que são oferecidos em localidades específicas;
- Como a população residente em determinado fragmento do espaço geográfico se relaciona com os espaços públicos e privados e quais os modos de vida ali estabelecidos;
- A caracterização das cidades, como seus bairros e/ou distritos são distribuídos;
- Os problemas sociais enfrentados pelos habitantes, em especial, a questão da desigualdade social e da concentração de renda;
- Como a dinâmica do êxodo rural contribuiu para o processo de surgimento e formação das favelas;
- Como ocorreu o processo de industrialização e o estabelecimento de centros industriais;
- Quais são os impactos gerados pelo processo de industrialização nos centros urbanos; como se dá a formação de ilhas de calor, a ocorrência de chuvas ácidas e o processo de inversão térmica.

Nesse contexto, a geografia urbana é uma área de extrema importância, pois nos ajuda a compreender o processo de produção do espaço urbano, as relações que ocorrem entre os seres humanos com esse meio, o

crescimento das grandes cidades e como elas influenciam outras localidades e territorialidades a partir da ótica geopolítica.

Também é possível entender, através da geografia urbana, como os processos de organização das cidades e as políticas habitacionais deficitárias causam problemas impulsionados pelo crescimento das populações de forma rápida e desorganizada.

Importante!

É importante que você saiba que, a partir desses estudos, são possíveis a criação e o estabelecimento de políticas públicas eficientes para a cidade se reestruturar de forma organizada e planejada

FORMAÇÃO TERRITORIAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Extensão Territorial e Limites

O Brasil está localizado na porção centro-oriental na América do Sul e é o maior país em extensão territorial do subcontinente. O território é cortado pela Linha do Equador e pelo Trópico de Capricórnio, totalizando uma área de 8.515.767 km², sendo classificado como um país de dimensões continentais. Dentre os países com maiores extensões territoriais do mundo, está em quinto lugar, tratando-se de terras descontínuas, e quarto lugar, considerando terras contínuas.

O país possui 23.086 km de fronteiras. Destes, 15.719 km são fronteiras terrestres, sendo que somente dois países da América do Sul (Chile e Equador) não fazem fronteira com nosso país. A costa brasileira é banhada pelo Oceano Atlântico e constitui um total de 7.367 km, indo do Cabo Orange ao Arroio Chuí.



Para compreendermos como se estruturou e se organizou a formação e consolidação do território brasileiro, é necessário compreender e analisar os principais acordos e tratados internacionais que foram firmados com o objetivo de definir bases do nosso território.

A base da fronteira política de uma nação ou país se estrutura em três importantes fases: a **definição** (por meio de acordos), a **delimitação** (em que se tem o reforço cartográfico das linhas de limites definidas em um mapa) e a **demarcação** (onde são definidos os marcos fronteiros por meio de acidentes geográficos — rios, montanhas, serras etc.).

Veremos agora os principais tratados que contribuíram para a formação e a construção territorial do Brasil:

Tratado de Tordesilhas (1494): No decorrer do século XV, o processo conhecido como Expansão Marítima Comercial Europeia ou Grandes Navegações conduziu duas nações da Europa — Portugal e Espanha — a uma série de disputas por territórios na América, que havia sido descoberta por Cristóvão Colombo em 1492. Dessa forma, a partir de 1494, foi assinado o Tratado de Tordesilhas, que estabelecia uma divisão das terras entre as duas potências: foi traçada uma linha imaginária meridional, com o tamanho total distante 370 léguas de Cabo Verde (arquipélago localizado no continente africano); dessa forma, as terras localizadas a oeste dessa linha pertenceriam a Espanha e as terras localizadas a leste pertenceriam a Portugal. O avanço das atividades conhecidas como Entradas, assim como também das Bandeiras, foi um evento importante para a ocupação do interior do território por conta das atividades econômicas que vinham se desenvolvendo e pelo fluxo de pessoas que se deslocavam para essas áreas ocupadas por Portugal. Isso provocou o processo conhecido como interiorização; assim, os portugueses violaram os termos presentes no acordo, facilitando, por exemplo, a construção de vilas, que no futuro serviriam para o deslocamento da fronteira das terras portuguesas para a direção oeste.

A tabela a seguir fala sobre as Entradas e as Bandeiras. Acompanhe:

| ENTRADAS | BANDEIRAS |
|---|---|
| Expedições organizadas pela Coroa Portuguesa, que antecederam as Bandeiras e possuíam os objetivos de explorar o território, auxiliar no mapeamento do território brasileiro, estabelecer novas áreas de currais para a criação de gado e novas terras para a prática da agricultura. Posteriormente, essas atividades passaram a ter objetivos variados, como, por exemplo: conquistar territórios ocupados por índios, capturar índios para o trabalho em lavouras, na mineração, a captura de escravos refugiados, dentre outros | As Bandeiras foram expedições realizadas entre os séculos XVI e XVII, financiadas por particulares, com os objetivos de também realizar o processo de ocupação do interior do país, capturar escravos que haviam fugido etc. O principal objetivo era buscar áreas que possuíam reservas de ouro, tendo em vista que as primeiras expedições com esse objetivo foram realizadas logo após a descoberta das primeiras minas de ouro em MG. Posteriormente, os Bandeirantes foram ocupando territórios no interior do país para buscar novas reservas desse mineral |

No mapa a seguir, pode-se observar os limites territoriais definidos através da assinatura do Tratado de Tordesilhas.



Fonte: Google Imagens.

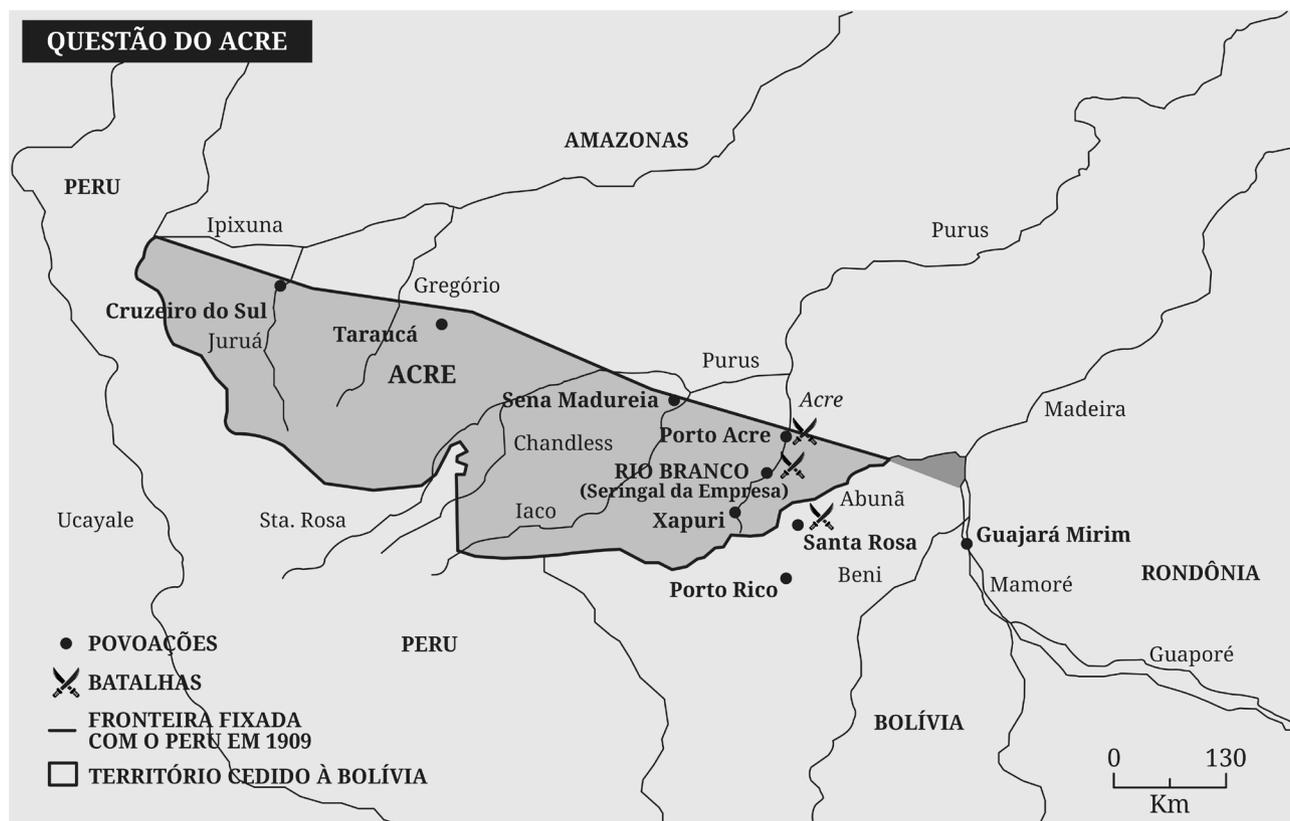
Tratado de Madrid (1750): Visando definir novas fronteiras, portugueses e espanhóis realizaram um novo acordo. Nesse acordo, entraria em vigor o princípio do *Uti Possidetis* (a posse da terra era garantida para aquele que a ocupasse), critério adotado para estabelecer novos limites territoriais. Nesse novo acordo, os portugueses acabaram garantindo a posse das terras ocupadas além da linha de Tordesilhas e ocorreu também a troca dos

territórios de Sacramento pelos territórios de Sete Povos das Missões (territórios localizados na região sul do país). Isso pode ser observado no mapa a seguir:



Fonte: Google Imagens.

Tratado de Petrópolis (1903): Durante o século XIX, ocorreram várias mudanças políticas em âmbito nacional, em especial a partir de 1822, quando o Brasil torna-se independente de Portugal. Após esse evento, houve a consolidação do Império, período em que ocorreu uma forte centralização política, evitando assim a fragmentação do território nacional. No fim do século XIX, um importante ciclo econômico desenvolveu-se na região Amazônica (o Ciclo da Borracha), que motivou a migração de milhares de pessoas para a região, que vislumbravam, através da exploração do látex, uma forma de fazer fortuna e ter uma vida melhor. Ao navegar pela margem direita do Rio Amazonas, diversos grupos de seringueiros chegaram ao território boliviano e ocuparam a região. O processo de ocupação foi conflituoso e, após diversos entraves, o governo brasileiro, na figura do Barão de Rio Branco, negociou a compra das terras que hoje correspondem ao território do estado do Acre. Foi decidido o pagamento de uma indenização de dois milhões de libras esterlinas e a construção de uma saída para o Oceano Atlântico — a Ferrovia Madeira-Mamoré —, pois o país vizinho (Bolívia) havia perdido para os chilenos sua única saída para o mar. A nova faixa pertencente ao território brasileiro encontrava-se — e ainda está assim — distante dos principais centros econômicos e políticos do país. Logo após a assinatura do acordo entre brasileiros e bolivianos, a região passou a ser considerada um território federal, subordinado à administração localizada no Rio de Janeiro. No ano de 1962, o presidente João Goulart homologou a lei que colocava o território do Acre na condição de estado da federação, passando assim a possuir administração própria e com seus respectivos poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo).



Fonte: Google Imagens.

I DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA BRASILEIRA

O Brasil atualmente está organizado em 27 unidades federativas, possuindo:

- 26 estados;
- Um Distrito Federal.

As Unidades Federativas (estados) estão organizadas em Municípios, e estes, em Distritos.

Os estados e o Distrito Federal são chefiados por um governador e possuem uma capital, onde estão localizadas as sedes de cada governo; já os municípios são governados pelo prefeito.

De acordo com a Constituição Federal, o Distrito Federal não pode ser dividido ou regionalizado em municípios, mas possui uma divisão administrativa e é organizado em regiões administrativas.

Portanto, o Brasil é um **Estado Federal**, no qual União, Distrito Federal e Municípios possuem autonomia homogênea e ocupam, do ponto de vista jurídico, o mesmo plano hierárquico, e devem receber tratamento jurídico-formal isonômico.

Mas, você sabe o que é uma federação? O conceito de federação, com fundamentação no art. 18, da CF, é:

É a forma de organização do Estado adotada pelo Brasil que se caracteriza pela coexistência de um poder soberano e diversas forças políticas autônomas, unidas por uma Constituição. Os entes que compõem a federação são: a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios. A CF fala também em Territórios, divisões político-administrativa que, atualmente, não existem.¹

Podemos representar da seguinte maneira:

| | | | |
|--------------------------------|---------|-----------|-----------|
| República Federativa do Brasil | Estados | Município | Distritos |
|--------------------------------|---------|-----------|-----------|

* O Distrito Federal é uma unidade da federação e não é subdivisão de qualquer município.

I A INDISSOLUBILIDADE DO PACTO FEDERATIVO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as entidades que formam a nossa Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) não possuem o direito de gozar de soberania, mas de autonomia.

Ainda de acordo com a Constituição Federal (Art. 1º), a federação é indissolúvel, não possibilitando a nenhum dos entes políticos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) romper com o pacto federativo. Esta determinação é conhecida como **Indissolubilidade do Pacto Federativo**, sendo que é uma pétrea expressa (§ 4º, art. 6º, CF), não sendo permitido modificações por meio de Emenda Constitucional.

O objetivo de manter a unidade nacional e a necessidade de uma administração descentralizadora são os motivos para impedir que a federação seja dissolvida, para que o pacto federativo seja mantido e defendido (finalidades do princípio da indissolubilidade do vínculo federativo).

Por isso, o direito de secessão é vedado aos Estados e Municípios, justamente por não poderem quebrar o vínculo federativo.

Caso ocorra uma tentativa de separação que vise ao rompimento da unidade da federação brasileira, a Constituição (inciso I, art. 34) permite que ocorra a intervenção federal com o objetivo maior de manter a integridade e a unidade nacionais.

Art. 34. A União não intervirá nos Estados, nem no Distrito Federal, exceto para:
I - manter a integridade nacional; [...]

I A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

A Constituição Federal de 1988 possui um artigo específico para tratar da organização político-administrativa do nosso país. Vamos fazer uma leitura do art. 18, como forma de reforçar o que foi dito até o momento.

Título III

Da organização do Estado

Capítulo I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18 A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a **União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos**, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º **Os Territórios Federais integram a União**, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formar novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito e do Congresso Nacional por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos

¹ FEDERAÇÃO. DireitoNet, 2019. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1376/Federacao>. Acesso em: 17 jan. 2022.